

PRINCESA DONA
MARIA AMÉLIA

FUNDAÇÃO



CONTAS 2022



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 DE DEZEMBRO DE 2022

P. Rub

17

ÍNDICE

Balanço a 31 de dezembro de 2022.....	3
Demonstração dos resultados por naturezas do período findo em 31 de dezembro de 2022	4
Demonstração dos resultados por naturezas e por valências do período findo em 31 de dezembro de 2022.....	5
Demonstração dos resultados por funções do período findo em 31 de dezembro de 2022.....	6
Demonstração de alterações dos fundos patrimoniais a 31 de dezembro de 2021	7
Demonstração de alterações dos fundos patrimoniais a 31 de dezembro de 2022	7
Demonstração dos fluxos de caixa no período findo em 31 de dezembro de 2022	8
ANEXO	9
1. Identificação da Entidade	9
1.1. Designação da entidade e sede	9
1.2. Número de Identificação de Pessoa Coletiva -NIPC	9
1.3. Natureza da atividade.....	9
2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações financeiras	10
2.1. Bases de Preparação.....	10
2.2. Derrogação das disposições do SNC-ESNL.....	11
2.3. Conteúdos não comparáveis com o período anterior	11
3. Principais Políticas Contabilísticas	11
3.1. Políticas de reconhecimento e mensuração	11
3.2. Principais pressupostos relativos ao futuro.....	17
3.3. Juízos de valor críticos e principais fontes de incerteza associadas a estimativas	17
4. Alterações nas políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros	17
5. Ativos fixos tangíveis	18
5.1. Bens do Património Histórico e Artístico e Cultural (BPHAC)	19
6. Ativos intangíveis	19
7. Investimentos financeiros	20
8. Instrumentos financeiros	20
8.1. Créditos a receber	20
8.2. Outros ativos correntes	20
8.3. Caixa e depósitos bancários	21
8.4. Fornecedores.....	21
8.5. Outros passivos correntes	22
9. Diferimentos.....	22
10. Estado e outros entes públicos	23

9

11.	Fundos patrimoniais	23
12.	Rédito.....	24
12.1.	Prestações de serviços	24
12.2.	Outros rendimentos	25
13.	Subsídios e outros apoios das entidades públicas	26
14.	Fornecimentos e serviços externos	27
15.	Benefícios de empregados	28
16.	Outros gastos	30
17.	Acontecimentos após a data do balanço	30
18.	Eventos subsequentes	30
19.	Divulgações exigidas por outros diplomas legais.....	31

P. P. L. M.
f
h

4

Balanço a 31 de dezembro de 2022

(montantes em euros)

Rubricas	Notas	Datas	
		31-Dec-22	31-Dec-21
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	5	5.635.186	5.691.490
Bens do património histórico e artístico e cultural	5.1	2.693.177	2.693.177
Outros investimentos financeiros	7	25.367	23.236
		8.353.730	8.407.902
Ativo corrente			
Créditos a receber	8.1	1.721	2.103
Estado e outros entes públicos	10	27.132	14.605
Outros ativos correntes	8.2	917.383	877.017
Diferimentos	9	30.896	45.495
Caixa e depósitos bancários	8.3	1.742.270	1.580.945
		2.719.401	2.520.165
Total do ativo		11.073.132	10.928.068
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos	11 / DAFP	11.110.495	11.110.495
Resultados transitados	11 / DAFP	(3.293.569)	(3.381.242)
Ajustamentos/outras variações nos fundos patrimoniais	11 / DAFP	1.676.521	1.803.595
Resultado líquido do período	11 / DAFP	228.699	87.673
Total do capital próprio		9.722.146	9.620.521
PASSIVO			
Passivo corrente			
Fornecedores	8.4	42.247	48.148
Estado e outros entes públicos	10	47.784	52.807
Outras passivos correntes	8.5	385.014	373.914
Diferimentos	9	875.941	832.677
		1.350.986	1.307.547
Total do passivo		1.350.986	1.307.547
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		11.073.132	10.928.068

O anexo faz parte destas demonstrações financeiras

O Contabilista Certificado (91364)

A Administração

Demonstração dos resultados por naturezas do período findo em 31 de dezembro de 2022

(montantes em euros)

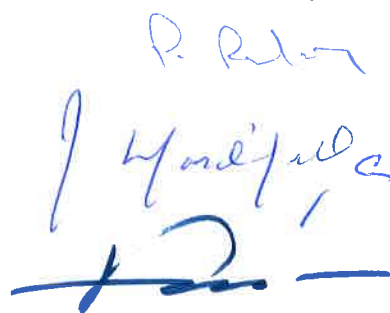
Rendimentos e Gastos	Notas	Períodos	
		2022	2021
Vendas e serviços prestados	12.1	1.521.477	1.356.848
Subsídios à exploração	13	1.899.280	1.870.046
Fornecimentos e serviços externos	14	(561.433)	(528.717)
Gastos com o pessoal	15	(2.393.554)	(2.290.145)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	8.2	566	(546)
Aumentos/reduções de justo valor		(56)	(33)
Outros rendimentos	12.2	149.637	162.518
Outros gastos	16	(5.266)	(18.932)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		610.651	551.039
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5 / 6	(382.079)	(463.485)
Resultado Operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		228.571	87.554
Juros e rendimentos similares obtidos		128	118
Resultado antes de impostos		228.699	87.673
Resultado líquido do período		228.699	87.673

O anexo faz parte destas demonstrações financeiras

O Contabilista Certificado (91364)



A Administração



Demonstração dos resultados por naturezas e por valências do período findo em 31 de dezembro de 2022

Rendimentos e Gastos	Notas	Períodos												(montantes em euros)
		2022						2021						
		Infantário Rainha Silvíia	Externato Princesa Dona Maria Amélia	Lar de Crianças e Jovens	Lar de Idosos e Centro de Dia	Fundação Princesa Dona Maria Amélia	TOTAL	Infantário Rainha Silvíia	Externato Princesa Dona Maria Amélia	Lar de Crianças e Jovens	Lar de Idosos e Centro de Dia	Fundação Princesa Dona Maria Amélia	TOTAL	
Vendas e serviços prestados	12.1	213.411	746.799	-	561.267	-	1.521.477	193.878	684.191	-	478.780	-	1.356.848	
Subsídios à exploração	13	581.246	660.491	-	307.543	350.000	1.899.280	526.301	698.758	8.733	286.254	350.000	1.870.046	
Fornecimentos e serviços externos	14	(67.480)	(235.123)	(3.147)	(182.448)	(73.236)	(561.433)	(60.817)	(226.314)	(5.678)	(190.558)	(45.350)	(528.717)	
Gastos com o pessoal	15	(686.103)	(1.035.467)	-	(558.873)	(113.111)	(2.393.554)	(614.103)	(1.020.989)	(15.139)	(522.715)	(117.199)	(2.290.145)	
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	8.2	-	464	-	103	-	566	-	(444)	-	(103)	-	(546)	
Aumentos/reduções de justo valor	-	-	-	-	-	(56)	(56)	-	-	-	-	(33)	(33)	
Outros rendimentos	12.2	730	5.339	0	138.953	4.614	149.637	2.084	11.036	1.235	142.966	5.197	162.518	
Outros gastos	16	(445)	(1.054)	(3)	(527)	(3.237)	(5.266)	(425)	(3.867)	(95)	(2.005)	(12.539)	(18.932)	
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		41.359	141.449	(3.151)	266.019	164.974	610.651	46.919	142.371	(10.944)	192.618	180.074	551.039	
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5 / 6	(3.872)	(210.903)	(12.437)	(139.962)	(14.905)	(382.079)	(79.966)	(223.085)	(12.437)	(138.268)	(9.729)	(463.485)	
Resultado Operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		37.487	(69.454)	(15.588)	126.057	150.069	228.571	(33.047)	(80.714)	(23.381)	54.350	170.345	87.554	
Juros e rendimentos similares obtidos	-	-	3	-	-	124	128	-	6	-	-	113	118	
Resultado antes de impostos		37.487	(69.450)	(15.588)	126.057	150.193	228.699	(33.047)	(80.708)	(23.381)	54.350	170.458	87.673	
Resultado líquido do período		37.487	(69.450)	(15.588)	126.057	150.193	228.699	(33.047)	(80.708)	(23.381)	54.350	170.458	87.673	

O anexo faz parte destas demonstrações financeiras

O Contabilista Certificado nº1364

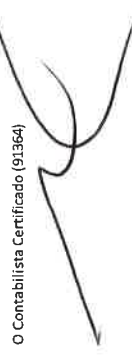
A Administração

Demonstração dos resultados por funções do período findo em 31 de dezembro de 2022

Resendimentos e Gastos	Notas	Períodos												(montantes em euros)
		2022						2021						
		Infantário Rainha Silveia	Externato Princesa Dona Maria Amélia	Lar de Crianças e Jovens	Lar de Idosos e Centro de Dia	Fundação Princesa Dona Maria Amélia	TOTAL	Infantário Rainha Silveia	Externato Princesa Dona Maria Amélia	Lar de Crianças e Jovens	Lar de Idosos e Centro de Dia	Fundação Princesa Dona Maria Amélia	TOTAL	
Vendas e serviços prestados		213.411	746.799	-	561.267	-	1.521.477	193.878	684.191	-	478.780	-	1.356.848	
Custo das vendas e dos serviços prestados		(721.873)	(1.423.656)	-	(850.987)	-	(2.996.517)	(717.648)	(1.407.148)	-	(824.848)	-	(2.949.643)	
		(508.463)	(676.857)	-	(289.720)	-	(1.475.040)	(523.770)	(722.958)	-	(346.068)	-	(1.592.796)	
Outros Rendimentos		581.976	665.834	0	446.496	354.739	2.049.045	528.385	709.794	9.968	429.220	355.309	2.032.677	
Gastos administrativos		(35.582)	(57.836)	-	(30.295)	(5.346)	(129.059)	(37.238)	(63.240)	(2.665)	(26.693)	(6.748)	(136.585)	
Outros gastos		(445)	(591)	(15.588)	(424)	(199.200)	(216.247)	(425)	(4.310)	(30.683)	(2.108)	(178.103)	(215.629)	
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		37.487	(69.450)	(15.588)	126.057	150.193	228.699	(33.047)	(80.714)	(23.381)	54.350	170.458	87.667	
Juros e rendimentos similares obtidos		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Juros e gastos similares suportados		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Resultado antes de impostos		37.487	(69.450)	(15.588)	126.057	150.193	228.699	(33.047)	(80.714)	(23.381)	54.350	170.458	87.667	
Imposto sobre rendimento do período		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Resultado líquido do período		37.487	(69.450)	(15.588)	126.057	150.193	228.699	(33.047)	(80.714)	(23.381)	54.350	170.458	87.667	

O anexo faz parte destas demonstrações financeiras

O Contabilista Certificado (91364)



A Administração



Demonstração de alterações dos fundos patrimoniais a 31 de dezembro de 2021

(Montantes em euros)

Descrição	Notas	Fundos	Resultados transitados	Ajustamentos / Outras variações nos Fundos Patr.	Resultado Líquido do Período	Total dos Fundos Patrimoniais
Posição no início do período 2021	1	11.110.495	(3.361.551)	1.930.699	(19.691)	9.659.952
Alterações no período						
Outras alterações reconhecidas no capital próprio						
Aplicação dos resultados do período anterior		-	(19.691)	-	19.691	-
Imputação do subsídio ao investimento	12.2	-	-	(127.104)	-	(127.104)
	2	-	(19.691)	(127.104)	19.691	(127.104)
Resultado líquido do período	3				87.673	87.673
Resultado integral	4=2+3				107.363	(39.431)
Operações com detentores de capital no período						
	5	-	-	-	-	-
Posição no fim do período 2021	6=1+2+3+5	11.110.495	(3.381.242)	1.803.595	87.673	9.620.521

Demonstração de alterações dos fundos patrimoniais a 31 de dezembro de 2022

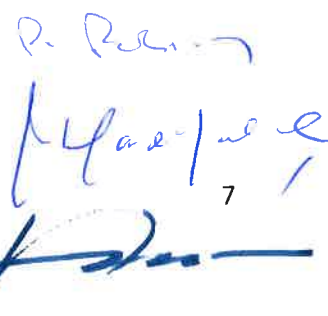
Descrição	Notas	Fundos	Resultados transitados	Ajustamentos / Outras variações nos Fundos Patr.	Resultado Líquido do Período	Total dos Fundos Patrimoniais
Posição no início do período 2022	7 11	11.110.495	(3.381.242)	1.803.595	87.673	9.620.521
Alterações no período						
Outras alterações reconhecidas no capital próprio						
Aplicação dos resultados do período anterior	11	-	87.673	-	(87.673)	-
Imputação de subsídios ao investimento	11/12.2	-	-	(127.074)	-	(127.074)
	8	-	87.673	(127.074)	(87.673)	(127.074)
Resultado líquido do período	9				228.699	228.699
Resultado integral	10=8+9				141.026	101.625
Operações com detentores de capital no período						
	11	-	-	-	-	-
Posição no fim do período 2022	12=7+8+9+11	11.110.495	(3.293.569)	1.676.521	228.699	9.722.146

O anexo faz parte destas demonstrações financeiras

O Contabilista Certificado (91364)



A Administração



Demonstração dos fluxos de caixa no período findo em 31 de dezembro de 2022

(montantes em euros)

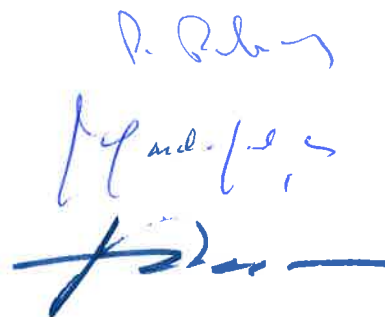
Rubricas	Notas	Períodos	
		2022	2021
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de Clientes e Utentes		1.529.579	1.368.665
Pagamento a fornecedores		(555.373)	(523.751)
Pagamentos ao pessoal		(2.340.044)	(1.896.213)
Caixa gerada pelas operações		(1.365.839)	(1.051.298)
Outros recebimentos/pagamentos		1.849.155	1.440.334
Fluxo de caixa das atividades operacionais (1)		483.316	389.035
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		(319.600)	(95.819)
Investimentos financeiros		(6.698)	(6.037)
Recebimentos provenientes de:			
Investimentos financeiros		4.179	113
Juros e rendimentos similares		127	6
Fluxo de caixa das atividades de investimento (2)		(321.992)	(101.738)
Variação da caixa e seus equivalentes (1 + 2)		161.325	287.297
Caixa e seus equivalentes no início do período	8.3	1.580.945	1.293.648
Caixa e seus equivalentes no fim do período	8.3	1.742.270	1.580.945

O anexo faz parte destas demonstrações financeiras

O Contabilista Certificado (91364)



A Administração



P. P. P.
f.
h

ANEXO

Em 31 de Dezembro de 2022

(Valores expressos em euros)

1. Identificação da Entidade

1.1. Designação da entidade e sede

A Fundação Princesa Dona Maria Amélia, doravante designada simplesmente por Fundação, é uma Instituição de Solidariedade Social, com sede na Avenida do Infante, números 12 e 14, freguesia da Sé, cidade do Funchal, instituída em cumprimento de disposição testamentária de Sua Majestade a Imperatriz do Brasil, Dona Amélia, Duquesa de Bragança.

A Fundação, anteriormente conhecida por Hospício da Princesa Dona Maria Amélia, é uma instituição secular, com atividade concentrada na Região Autónoma da Madeira que, pelo Decreto Regulamentar número 3/84, de 22 de março de 1984, lhe atribuiu o “Estatuto das Instituições Particulares de Solidariedade Social”. Também lhe foi concedido o Estatuto de Pessoa Coletiva de Utilidade Pública, nos termos do art.º 8 do Estatuto das Instituições Particulares de Solidariedade Social, aprovado pelo Decreto-Lei nº 119/83, de 25 de fevereiro.

1.2. Número de Identificação de Pessoa Coletiva -NIPC

500 801 002

1.3. Natureza da atividade

A Fundação tem o seu âmbito de ação restrito ao território da Região Autónoma da Madeira, exercendo as suas atividades nos estabelecimentos:

- a) O **Hospício da Princesa Dona Maria Amélia**, doravante designado simplesmente por Lar de Idosos, que inclui um Lar e um Centro de Dia para idosos;
- b) O **Lar de Crianças e Jovens**, doravante designado simplesmente por Lar de Crianças, anteriormente conhecido como Orfanato, e destinado à frequência, em regime de internato, de crianças necessitadas, do sexo feminino, com preferência para as que careçam de apoio familiar;
- c) O **Externato Princesa Dona Maria Amélia**, doravante designado simplesmente por Externato, que inclui educação Pré-Escolar e 1º Ciclo do Ensino básico e é destinado, em regime de externato, a crianças com idades compreendidas entre os 4 e 12 anos;

9

P. P. P. P.
f. 17

- d) O **Infantário Rainha Silvia**, doravante designado simplesmente por Infantário, que inclui Creche e Jardim de Infância, destinado a crianças desde a fase do berçário até aos 3 anos de idade.

Em maio de 2021 o Conselho de Administração deliberou a extinção da valência Lar de Crianças e Jovens, cessando as respetivas atividades e encerrando as instalações que lhe estavam afetas e passando a dedicar todos os seus recursos humanos e materiais ao desenvolvimento das valências Externato Princesa Dona Maria Amélia, Infantário Rainha Silvia e, em especial, ao Lar de Idosos para um exercício mais eficaz destas atividades.

As instalações da Fundação na cidade do Funchal, situadas no imóvel com que a dotou a sua Fundadora, incluem, nomeadamente, o edifício principal, que vem funcionando como centro de geronto-geriatria; o edifício destinado ao Lar de Idosos; o conjunto de edifícios escolares; a residência do Capelão; um pequeno edifício destinado a lavagem e tratamento de roupas; outros pequenos edifícios de apoio a exploração agrícola e uma portaria.

2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações financeiras

2.1. Bases de Preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o referencial contabilístico preconizado pelo normativo contabilístico das Entidades do Setor Não Lucrativo (NCRF - ESNL), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011, de 9 de março de 2011, e republicado pelo Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho. O Anexo II do referido Decreto refere que o Sistema de Normalização Contabilística para Entidades do Setor Não Lucrativo é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 220/2015, de 24 de julho;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 218/2015, de 23 de julho;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 8259/2015, de 29 de julho; e
- Normas Interpretativas (NI).

As demonstrações financeiras, que incluem um Balanço, uma Demonstração dos Resultados por Naturezas, uma Demonstração de Resultados por Valências, uma Demonstração dos Resultados por Funções, uma Demonstração dos Fluxos de Caixa, uma Demonstração de Alterações de Fundos Patrimoniais e um Anexo, foram preparadas de acordo com os pressupostos da continuidade e do regime de acréscimo no qual os itens são reconhecidos

D. P. Silva
A
fe

como ativos, passivos, capital próprio, rendimentos e gastos quando satisfaçam as definições e os critérios de reconhecimento para esses elementos contidos na estrutura conceptual, em conformidade com as características qualitativas da compreensibilidade, relevância, materialidade, fiabilidade, representação fidedigna, substância sobre a forma, neutralidade, prudência, plenitude e comparabilidade.

2.2. Derrogação das disposições do SNC-ESNL

Na preparação e apresentação das demonstrações financeiras não foram derrogadas quaisquer disposições do SNC - ESNL.

2.3. Conteúdos não comparáveis com o período anterior

Os elementos constantes nas presentes demonstrações financeiras são comparáveis com os do período anterior, apresentados como comparativos nas presentes demonstrações financeiras, com exceção das rubricas de “Pagamentos ao pessoal” e “Outros Recebimentos e Pagamentos” evidenciadas na Demonstração dos Fluxos de Caixa. No ano anterior os pagamentos da Segurança Social relacionados com a componente a cargo da entidade patronal foram registados na rubrica de “Outros Recebimentos e Pagamentos”, enquanto que no presente exercício foram registados em “Pagamentos ao Pessoal”.

3. Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas na elaboração destas demonstrações financeiras estão descritas abaixo. Estas políticas foram consistentemente aplicadas, salvo indicação em contrário.

3.1. Políticas de reconhecimento e mensuração

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas a partir dos livros e registos contabilísticos desta entidade de acordo com a normalização contabilística para as Entidades do Setor Não Lucrativo (ESNL).

3.1.1. Ativos Fixos Tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, que compreende o seu preço de compra, incluindo os direitos de importação e os impostos de compra não reembolsáveis, após dedução dos descontos e abatimentos, quaisquer custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo na localização e condição necessárias para o mesmo ser capaz de funcionar da forma pretendida, deduzido das respetivas depreciações e perdas por imparidade acumuladas.

9

P. De...
4
ke?

As depreciações são calculadas, quando o ativo está disponível para uso, pelo método da linha reta, por duodécimos, de forma consistente de período a período, de acordo com as seguintes vidas úteis:

Ativos fixos tangíveis	Vida útil estimada
Edifícios e Outras Construções	20 anos
Equipamento Básico	5 a 8 anos
Equipamento de Transporte	4 anos
Equipamento Administrativo	2 a 8 anos
Outros Ativos Fixos Tangíveis	2 a 8 anos

3.1.2. Bens do Património Histórico e Cultural

A Instituição detém um imóvel que foi reconhecido como um imóvel de Interesse Público, inaugurado a 4 de fevereiro de 1862. Este imóvel não deprecia, de acordo com as regras contabilísticas em vigor.

3.1.3. Ativos Intangíveis

Os “Ativos Intangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. São reconhecidos apenas quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Instituição e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

As amortizações são calculadas, assim que os ativos estejam em condições de ser utilizados, pelo método da linha reta, por duodécimos, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

3.1.4. Instrumentos Financeiros

Os ativos financeiros, os passivos financeiros ou os instrumentos de capital próprio são reconhecidos apenas quando a entidade se constitui como uma parte das disposições contratuais do empréstimo.

Os ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa resultantes do ativo financeiro expiram, ou quando transfere para outra parte todos os riscos significativos e benefícios relacionados com o ativo financeiro.

Os passivos financeiros são desreconhecidos quando os mesmos se extinguem, ou seja, quando a obrigação estabelecida no contrato seja liquidada, cancelada ou expire.

3.1.4.1. Créditos a Receber e Outros Ativos Correntes

4

P. R. B. A
47

Os “Créditos a Receber” e “Outros Ativos Correntes” encontram-se registados pelo seu custo estando deduzidos no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As “Perdas por Imparidade” são reconhecidas na sequência de eventos ocorridos que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial, que será nula quando se perspetiva um recebimento num prazo inferior a um ano.

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como ativo corrente. No entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como ativos não correntes.

3.1.4.2. Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “Caixa e Depósitos Bancários” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

3.1.4.3. Fornecedores e Outros Passivos Correntes

As dívidas registadas em “Fornecedores” e “Outros Passivos Correntes” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.1.5. Rédito

O rédito é mensurado pelo justo valor da retribuição recebida ou a receber. O rédito associado com uma prestação de serviços é reconhecido com referência à fase de acabamento da transação à data do balanço quando o desfecho de uma transação possa ser fiavelmente estimado. O desfecho de uma transação pode ser fiavelmente estimado quando todas as condições seguintes forem satisfeitas:

- A quantia de rédito possa ser fiavelmente mensurada;
- Seja provável que os benefícios económicos associados à transação fluam para a Instituição;
- A fase de acabamento da transação à data do balanço possa ser fiavelmente mensurada;
- Os custos incorridos com a transação e os custos para concluir a mesma possam ser fiavelmente mensurados.

4

P. Silva
47

A estrutura do rédito no Externato é composta pelas mensalidades pagas pelos pais dos alunos, e pelas refeições fornecidas pela valência aos alunos que frequentam a Instituição.

O rédito do Infantário é constituído pelas mensalidades pagas pelos pais dos alunos, em função dos escalões de rendimento considerados pela Segurança Social. A Instituição observa a tabela definida pela Portaria n.º 103/2011 de 18 de agosto de 2011, republicado pelo Anexo da Portaria n.º 1/2019 de 2 de janeiro de 2019.

O rédito da valência Lar de Idosos é composto por mensalidades pagas pelos utentes residentes no Lar de Idosos. O montante das mensalidades pagas pelos utentes que usufruem das vagas da Segurança Social é igual ao montante auferido por conta pensões. Para os restantes utentes, que ocupam vagas privadas, a mensalidade é a definida pelo preçário em vigor.

3.1.6. Subsídios, Doações e Legados à Exploração

Os subsídios e participações do Estado e de outros organismos oficiais são reconhecidos em conformidade com as normas legais aplicáveis e com os acordos de cooperação celebrados com os serviços oficiais competentes.

Para as valências Externato e Infantário, a participação financeira recebida é destinada a fazer face às despesas com o funcionamento e ação social educativa, com uma programação financeira estabelecida anualmente, no início de cada ano letivo. A quantia definida é estabelecida através de orçamento prévio enviado à Secretaria de Educação, onde constam os gastos do pessoal e o número de alunos por sala. Este subsídio, definido no início de cada ano letivo, poderá ser corrigido, após a conclusão do ano letivo, mediante a análise do Relatório da execução das verbas distribuídas.

À valência Lar de Idosos, através do Acordo de Cooperação n.º 27/2001/GL, é atribuída mensalmente e por utente uma participação financeira que é calculada com base nos valores fixados anualmente por Resolução do Governo Regional.

Os subsídios atribuídos, quer pela Segurança Social, quer pela Secretaria Regional da Educação e por outras entidades, são reconhecidos quando existe segurança que a Instituição cumprirá as condições a eles associadas e que os mesmos serão recebidos.

Os restantes subsídios/doações são reconhecidos numa base de caixa a não ser que sejam subsídios contratualizados, como os incentivos recebidos do Instituto de Emprego da Madeira, IP-RAM.

4

P. P. P.
d
h?

3.1.7. Fundos Patrimoniais

O património da Fundação é constituído pelos bens com que foi dotada inicialmente pela Fundadora. Para além da dotação patrimonial inicial, fazem parte do património da Fundação todos os bens e direitos adquiridos a qualquer título. Constituem receitas da Fundação:

- a) Os rendimentos da atividade desenvolvida no âmbito da prossecução dos seus objetivos;
- b) Os rendimentos dos fundos da Fundação sob a administração da Coroa Sueca;
- c) Os rendimentos de heranças, legados e doações;
- d) Os subsídios e participações do Estado e de outros organismos oficiais; e
- e) Os donativos que lhe sejam entregues por pessoas singulares ou coletivas que se proponham apoiar a atividade da Fundação.

3.1.8. Benefícios dos Empregados

Os benefícios de curto prazo dos empregados incluem salários, subsídio de alimentação, subsídio de férias e de Natal e quaisquer outras retribuições adicionais decididas pontualmente pela Administração.

As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que os serviços são prestados, numa base não descontada por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o pagamento respetivo.

De acordo com a legislação laboral aplicável, o direito a férias e subsídios de férias vence-se em 31 de dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte, pelo que os gastos correspondentes se encontram reconhecidos como benefícios de curto prazo e tratados de acordo com o anteriormente referido.

3.1.9. Estado

O imposto sobre o rendimento do período corresponde ao imposto a pagar. Este inclui as tributações autónomas.

Nos termos da alínea b) n.º 1 do art.º 10.º do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC), as Instituições Particulares de Solidariedade Social estão isentas de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC). Esta Fundação é uma instituição de solidariedade social estando enquadrada no respetivo regime de isenção do IRC.

As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção, de acordo com a legislação em vigor, durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando

9

P.D.M.
d
h)

estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações. Nestes casos, e dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Ou seja, as declarações fiscais da Instituição dos anos de 2018 a 2022 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

3.1.10. Fluxos de Caixa

A demonstração dos fluxos de caixa é preparada através do método direto. A Instituição classifica na rubrica "Caixa e Seus Equivalentes" os montantes de caixa e de depósitos à ordem.

A demonstração dos fluxos de caixa encontra-se classificada em atividades operacionais, de financiamento e de investimento. As atividades operacionais englobam os recebimentos de clientes, pagamentos a fornecedores, pagamentos ao pessoal e outros relacionados com a atividade operacional. Os fluxos de caixa abrangidos nas atividades de investimento incluem, nomeadamente, pagamentos e recebimentos decorrentes da compra e venda de ativos.

3.1.11. Outras Informações

a) Imputação das despesas comuns

O critério de imputação de despesas comuns às diferentes valências é definido de acordo com a representatividade da massa salarial em cada uma das valências.

Valência	% Imputação
Infantário Rainha Silvia	27,66%
Externato Princesa Dona Maria Amélia	44,96%
Lar de Idosos e Centro de Dia	23,49%
Fundação Princesa Dona Maria Amélia	3,89%
Total	100,00%

As despesas comuns compreendem os gastos com serviços de contabilidade, serviços de informática, serviços de auditoria, manutenção de jardins, gastos com os funcionários dos departamentos de manutenção e administrativo e outras despesas que possam surgir e que sejam comuns a todas as valências.

b) Imputação de outras despesas

São aplicados os seguintes critérios de imputação para as seguintes despesas:

- Gastos com serviços de **vigilância e segurança** - distribuídos pelas valências Externato e Infantário, tendo em conta o número de alunos.

9

- Gastos com **gás** - distribuídos 50% para a valência Lar de Idosos e Centro de Dia, sendo os restantes 50% distribuídos pelas valências Externato e Infantário, tendo em conta o número de alunos.
- Gastos com os **funcionários de serviços gerais** - (serviços de limpeza) - distribuídos 80% para a valência Lar de Idosos e os restantes 20% para a valência Fundação.
- Gastos com o seguro de **acidentes pessoais** - distribuídos pelas valências Externato e Infantário, tendo em conta o número de alunos.
- Gastos com **água (n.º consumidor 490320)** distribuídos 53,20% para a valência Infantário, sendo os restantes 46,80% distribuídos pelas valências Lar de Idosos, tendo em conta os consumos registados num período.

3.2. Principais pressupostos relativos ao futuro

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos registos contabilísticos da entidade.

3.3. Juízos de valor críticos e principais fontes de incerteza associadas a estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam as quantias relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período.

4. Alterações nas políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

Durante o presente exercício não ocorreram alterações de políticas contabilísticas relativamente às utilizadas na preparação e apresentação das demonstrações financeiras do exercício anterior, nem foram reconhecidos erros materiais relativos a períodos anteriores.

A revisão de uma estimativa de um período anterior não é considerada como um erro. As alterações de estimativas apenas são reconhecidas prospectivamente em resultados e são alvo de divulgação quando o impacto é materialmente relevante. As estimativas são determinadas com base na melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras.

4

P. P. 7
K1

5. Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis são depreciados de acordo com o método da linha reta, durante as vidas úteis estimadas, mencionadas na nota 3.2.

Durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2021 e 2022, os movimentos ocorridos nos ativos fixos tangíveis podem ser analisados como segue:

	Terrenos	Edifícios e Outras Constr.	Equip. Básico	Equip. Administrat.	Outros AFT	AFT em curso	Total AFT
Ativo bruto							
Saldo inicial a 1-1-2021	2.904.500	9.608.354	654.333	89.178	12.017	18.839	13.287.220
Aquisições	-	68.027	5.846	-	3.984	37.293	115.149
Abates e regularizações	-	-	-	(1.376)	-	-	(1.376)
Saldo inicial a 1-1-2022	2.904.500	9.676.381	660.179	87.802	16.000	56.131	13.400.993
Aquisições	-	60.025	17.922	-	-	247.829	325.776
Transferências	-	201.518	-	-	461	(201.979)	-
Saldo final a 31-12-2022	2.904.500	9.937.924	678.102	87.802	16.461	101.981	13.726.770
Depreciações e P.I. Acumuladas							
Saldo inicial a 1-1-2021	-	6.621.759	527.498	86.590	8.307	-	7.244.155
Depreciações do período	-	420.982	36.980	941	893	-	459.796
Transferências e regularizações	-	5.389	(3)	(1.330)	1.496	-	5.553
Saldo inicial a 1-1-2022	-	7.048.130	564.475	86.201	10.697	-	7.709.504
Depreciações do período	-	352.784	27.356	420	1.519	-	382.079
Saldo final a 31-12-2022	-	7.400.915	591.832	86.621	12.216	-	8.091.583
Valor líquido							
A 31-12-2021	2.904.500	2.628.251	95.704	1.601	5.303	56.131	5.691.490
A 31-12-2022	2.904.500	2.537.009	86.270	1.181	4.245	101.981	5.635.186

As depreciações são registadas por Valências, com a seguinte decomposição:

	Terrenos	Edifícios e Outras Constr.	Equip. Básico	Equip. Administrat.	Outros AFT	AFT em curso	Total AFT
Depreciações por valência							
Período de 2021							
Infantário Rainha Silvia	-	78.703	1.140	-	123	-	79.966
Externato Princesa Dona Maria Amélia	-	205.352	13.596	-	448	-	219.396
Lar de Crianças e Jovens	-	12.055	382	-	-	-	12.437
Lar de Idosos e Centro de Dia	-	116.633	21.496	78	62	-	138.268
Fundação Princesa Dona Maria Amélia	-	8.238	366	863	261	-	9.729
Total	-	420.982	36.980	941	893	-	459.796
Período de 2022							
Infantário Rainha Silvia	-	1.561	1.761	-	550	-	3.872
Externato Princesa Dona Maria Amélia	-	207.455	2.895	-	553	-	210.903
Lar de Crianças e Jovens	-	12.055	382	-	-	-	12.437
Lar de Idosos e Centro de Dia	-	117.785	22.037	78	62	-	139.962
Fundação Princesa Dona Maria Amélia	-	13.928	281	342	355	-	14.905
Total	-	352.784	27.356	420	1.519	-	382.079

P. Ribeiro
f
h

5.1. Bens do Património Histórico e Artístico e Cultural (BPHAC)

	Terrenos	Bens Imóveis	Total BPHAC
Ativo bruto			
Saldo inicial a 1-1-2021	-	2.693.177	2.693.177
Saldo inicial a 1-1-2022	-	2.693.177	2.693.177
Saldo final a 31-12-2022	-	2.693.177	2.693.177
Amortizações e P.I. acumuladas			
Saldo inicial a 1-1-2021	-	-	-
Saldo inicial a 1-1-2022	-	-	-
Saldo final a 31-12-2022	-	-	-
Valor líquido			
A 31-12-2021	-	2.693.177	2.693.177
A 31-12-2022	-	2.693.177	2.693.177

6. Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis são amortizados de acordo com o método da linha reta, durante as vidas úteis estimadas, mencionadas na nota 3.4.

Durante o período findo 2021 e 2022, o movimento ocorrido nos ativos intangíveis foi:

	Projetos de Desenvol.	Programas Computador	Propried. Industrial	Investimentos em curso	Total AI
Ativo bruto					
Saldo inicial a 1-1-2021	-	15.287	-	-	15.287
Saldo inicial a 1-1-2022	-	15.287	-	-	15.287
Saldo final a 31-12-2022	-	15.287	-	-	15.287
Amortizações e P.I. acumuladas					
Saldo inicial a 1-1-2021	-	11.599	-	-	11.599
Amortizações e perdas de imparid. do período	-	3.689	-	-	3.689
Saldo inicial a 1-1-2022	-	15.287	-	-	15.287
Saldo final a 31-12-2022	-	15.287	-	-	15.287
Valor líquido					
A 31-12-2021	-	-	-	-	-
A 31-12-2022	-	-	-	-	-

As amortizações do período anterior dizem respeito integralmente à valência do Externato Princesa Dona Maria Amélia.

9

R. P. L. 7
k

7. Investimentos financeiros

Em 31 de Dezembro de 2022 e 2021, a rubrica de “Investimentos Financeiros” apresentava a seguinte decomposição:

Descrição	31-Dec-22	31-Dec-21
Outros investimentos financeiros	4.198	4.255
Fundos de Compensação do Trabalho (FCT)	21.169	18.981
Total outros investimentos financeiros	25.367	23.236

8. Instrumentos financeiros

8.1. Créditos a receber

Em 31 de Dezembro de 2022 e 2021, as rubricas de “Créditos a Receber” apresentam a seguinte decomposição:

Créditos a receber	31-Dec-22			31-Dec-21		
	Corrente	Não Corrente	Total	Corrente	Não Corrente	Total
Conta corrente						
Clientes	601	-	601	314	-	314
Utentes	1.120	-	1.120	1.789	-	1.789
	1.721	-	1.721	2.103	-	2.103
Títulos a receber						
Clientes de cobrança duvidosa						
Clientes de cobrança duvidosa	1.163	-	1.163	1.728	-	1.728
	1.163	-	1.163	1.728	-	1.728
Imparidade de clientes						
Saldo Inicial	1.728	-	1.728	1.183	-	1.183
Reforço	-	-	-	566	-	566
Reversão	(566)	-	(566)	(20)	-	(20)
Saldo final	1.163	-	1.163	1.728	-	1.728
Total Clientes	1.721	-	1.721	2.103	-	2.103

8.2. Outros ativos correntes

Os outros ativos correntes em 31 de dezembro de 2022 detalham-se conforme segue:

Outros ativos correntes	31-Dec-22			31-Dec-21		
	Corrente	Não Corrente	Total	Corrente	Não Corrente	Total
Devedores por acréscimo de rendimentos						
Outros acréscimos de rendimentos	568	-	568	1	-	1
Fornecedores c/c	50	-	50	159	-	159
Outros devedores						
Sec Educação Infantil 20/21	33.860	-	33.860	33.860	-	33.860
Sec Educação Externato 20/21	13.230	-	13.230	13.230	-	13.230
Sec Educação Infantil 2021/22	-	-	-	379.756	-	379.756
Sec Educação Externato 2021/22	-	-	-	447.790	-	447.790
Sec Educação Infantil 2022/23	417.544	-	417.544	-	-	-
Sec Educação Externato 2022/23	447.837	-	447.837	-	-	-
Outros devedores e credores	4.293	-	4.293	2.221	-	2.221
Total outros ativos correntes	917.383	-	917.383	877.017	-	877.017

4

P. P. L. -
d
f1

Na conta de “Outros Devedores Diversos” encontram-se registados os Acordos de Cooperação com a Região Autónoma da Madeira, através da Secretaria Regional de Educação, Ciência e Tecnologia, para compartilhar nos custos com o funcionamento e Ação Social Educativa, de modo a contribuir para a prossecução das finalidades do sistema educativo na Região Autónoma da Madeira, para as valências Externato e Infantário, para o ano letivo 2022/2023, estando ainda por regularizar as verbas do ano de 2020/2021

8.3. Caixa e depósitos bancários

A caixa e seus equivalentes em 31 de dezembro de 2022 detalha-se conforme segue:

Descrição	31-Dec-22	31-Dec-21
Caixa	2.175	326
Depósitos à ordem	789.820	630.345
Depósitos a prazo	950.275	950.275
Caixa e depósitos bancários	1.742.270	1.580.945

8.4. Fornecedores

Em 31 de Dezembro de 2022 e 2021, a rubrica de Fornecedores apresentava a seguinte decomposição:

Fornecedores	31-Dec-22			31-Dec-21		
	Corrente	Não Corrente	Total	Corrente	Não Corrente	Total
Fornecedores Gerais						
Gertal Companhia Geral Restaurantes	12.753	-	12.753	12.235	-	12.235
Eem Empresa De Electricidade Da Mad	4.383	-	4.383	4.047	-	4.047
Rui David Abreu,Lda	3.192	-	3.192	1.749	-	1.749
Csa José Rodrigues De Caires - Casa-Santo An	2.877	-	2.877	-	-	-
Farmacia Da Nazare - Obliquavatangem, Lda	2.743	-	2.743	1.957	-	1.957
Recheio-Joao Gomes Camacho Sa	2.692	-	2.692	-	-	-
Ineditelencio - Unipessoal Limitada	2.218	-	2.218	205	-	205
Fidelidade - Companhia De Seguros, S.A.	1.748	-	1.748	1.697	-	1.697
Municipio Do Funchal	1.593	-	1.593	863	-	863
Outros	8.048	-	8.048	7.441	-	7.441
Outros Fornecedores						
Sales, Faria & Andrade, Soc. Const.Lda	-	-	-	17.954	-	17.954
Total Fornecedores gerais e outros	42.247	-	42.247	48.148	-	48.148

5

P. Lobo
A
K

8.5. Outros passivos correntes

Em 31 de Dezembro de 2022 e 2021, a rubrica de “Outros Passivos Correntes” apresentava a seguinte decomposição:

	31-Dec-22			31-Dec-21		
	Corrente	Não Corrente	Total	Corrente	Não Corrente	Total
Outras dívidas a pagar						
Credores por diferimento de rendimentos						
Apoio Funcionamento	10.962	-	10.962	-	-	-
Credores por acréscimos de gastos						
Férias e Subsídio de Férias	345.342	-	345.342	296.529	-	296.529
Electricidade	3.998	-	3.998	3.782	-	3.782
Água	3.577	-	3.577	3.655	-	3.655
Comunicação	117	-	117	118	-	118
Quotas	500	-	500	1.500	-	1.500
Auditoria	8.052	-	8.052	8.052	-	8.052
Trabalhadores Independentes	2.480	-	2.480	1.200	-	1.200
Outros acréscimos de gastos	244	-	244	2.786	-	2.786
Adiantamentos de clientes						
Utentes - Saldo em cartão Microio	7.913	-	7.913	8.553	-	8.553
Pessoal	824	-	824	459	-	459
Clientes C/C (Saldos credores)	45	-	45	184	-	184
Outros credores						
Outros valores a pagar	-	-	-	46.028	-	46.028
Devolver Seg Social centro dia recebido 2021	873	-	873	873	-	873
Acidentes escolares	86	-	86	196	-	196
Total outras dívidas a pagar	385.014	-	385.014	373.914	-	373.914

9. Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2022 e 2021, a rubrica de “Diferimentos” ativos, apresentava a seguinte decomposição:

	31-Dec-22			31-Dec-21		
	Corrente	Não Corrente	Total	Corrente	Não Corrente	Total
Saldos devedores						
Seguros	5.584	-	5.584	9.212	-	9.212
Outros gastos a reconhecer	25.312	-	25.312	36.284	-	36.284
Total Saldos devedores de Diferimentos	30.896	-	30.896	45.495	-	45.495

Na mesma data, os “Diferimentos” passivos decompõem-se conforme segue:

	31-Dec-22			31-Dec-21		
	Corrente	Não Corrente	Total	Corrente	Não Corrente	Total
Saldos credores						
Vendas/Serviços Prestados	7.126	-	7.126	4.281	-	4.281
Subsídios, doações e legados à exploração						
Secretaria Regional de Educação						
Apoio Funcionamento	763.958	-	763.958	734.518	-	734.518
Apoios Sociais	101.423	-	101.423	93.028	-	93.028
Instituto de Emprego da Madeira, IP-RAM	3.434	-	3.434	851	-	851
Total Saldos credores de Diferimentos	875.941	-	875.941	832.677	-	832.677

9

P. Palma
f2

Os contratos programa celebrados com a Secretaria Regional de Educação, Ciência e Tecnologia correspondem a apoios anuais, atribuídos de acordo com os anos letivos, pelo que as verbas recebidas são diferidas para o ano seguinte.

10. Estado e outros entes públicos

Em 31 de Dezembro de 2022 e 2021, a rubrica de “Estado e Outros Entes Públicos” apresentava a seguinte decomposição:

Saldos devedores	31-Dec-22	31-Dec-21
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	27.132	14.605
Total Saldos devedores de Estado e Outros Entes Públicos	27.132	14.605

Saldos credores	31-Dec-22	31-Dec-21
Retenção de impostos sobre rendimentos	11.836	10.264
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	4.015	45
Contribuições para a Segurança Social	30.859	41.425
Tributos das autarquias locais	1.073	1.073
Total Saldos credores de Estado e Outros Entes Públicos	47.784	52.807

As quantias a receber do IVA - Imposto sobre o valor acrescentado, no montante de 27.132 euros, correspondem ao IVA a recuperar das seguintes despesas:

- 50% do IVA suportado na aquisição de bens e serviços relacionados com a construção, manutenção ou conservação de imóveis;
- 50% do IVA suportado na aquisição de bens do ativo fixo tangível;
- 50% do IVA suportado na aquisição de bens e serviços de alimentação e bebidas.

11. Fundos patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a rubrica dos «Fundos patrimoniais» apresentava a seguinte decomposição:

Descrição	31-Dec-22	31-Dec-21
Fundos	11.110.495	11.110.495
Resultados transitados	(3.293.569)	(3.381.242)
Ajustamentos / Outras variações nos Fundos Patr.	1.676.521	1.803.595
Resultado Líquido do Período	228.699	87.673
Total outros investimentos financeiros	9.722.146	9.620.521

Nas contas de outras variações nos fundos patrimoniais encontram-se registados o apoio concedido pela Coroa Sueca para construção do novo edifício para a valência Lar de Idosos, que está a ser reconhecido em rendimentos pelo tempo de vida útil do ativo, sendo a quantia

9

P. P. A. -
K.
K.

imputada a rendimentos no período de 2022 de 127.074 euros, conforme pode ser analisado na Demonstração de Alterações dos Fundos Patrimoniais.

12. Rédito

12.1. Prestações de serviços

As quantias de rédito na categoria de prestações de serviços, reconhecidas durante o período de 2022 e 2021 são as seguintes:

Descrição	2022	2021
Prestação de serviços		
Infantário Rainha Silvia		
Matriculas	20.325	19.080
Seguros	2.565	2.890
Propinas/Mensalidades	190.305	171.908
Outros	216	-
	213.411	193.878
Externato Princesa Dona Maria Amélia		
Matriculas	48.025	43.975
Seguros	9.180	8.820
Propinas/Mensalidades	427.419	401.571
Almoços	196.778	186.224
Lanches	7.480	5.115
Utilização Refeitório	14.645	15.610
ATL/semana	30.269	22.348
Cartão Aluno	1.375	1.377
Atividades Externas	10.318	-
Utilização de refeitório ATL	525	-
Outros	784	(850)
	746.799	684.191
Lar de Idosos e Centro de Dia		
Mensalidades	542.427	463.988
Medicamentos	10.730	7.860
Fraldas	8.130	8.670
Outros	(19)	(1.738)
	561.267	478.780
Total das Prestações de Serviços	1.521.477	1.356.848

O rédito reconhecido corresponde aos montantes recebidos das mensalidades e de serviços prestados relativos a atividades estreitamente conexas, efetuadas nos estabelecimentos de ensino e de terceira idade.

9

P. Delor
A
p

12.2. Outros rendimentos

A rubrica de "Outros Rendimentos" nos períodos de 2022 e de 2021 é detalhada conforme segue:

Descrição	Nota	2022	2021
Infantário Rainha Silvia			
correções relativas a períodos anteriores		628	14
outros		103	2.070
		730	2.084
Externato Princesa Dona Maria Amélia			
outros rendimentos suplementares tx 22%		4.388	3.221
correções relativas a períodos anteriores		490	474
outros		461	7.342
		5.339	11.036
Lar de Crianças e Jovens			
outros		0	1.235
		0	1.235
Lar de Idosos e Centro de Dia			
correções relativas a períodos anteriores		117	2.034
imputação de subsídios para investimentos	11	127.074	127.104
donativos numerário		10.050	8.135
outros		1.711	5.694
		138.953	142.966
Fundação Princesa Dona Maria Amélia			
outros rendimentos suplementares		599	599
correções relativas a períodos anteriores		353	2.964
donativos numerário		3.193	-
outros		471	1.634
		4.614	5.197
Total Outros rendimentos		149.637	162.518

Nesta rubrica, os rendimentos com maior evidência correspondem à contabilização da imputação do subsídio concedido pela Coroa Sueca para construção do um novo edifício para a valência Lar de Idosos, inaugurado em 2 de maio de 2017. O apoio é imputado por duodécimos como rendimentos pelo tempo de vida útil do ativo.

5

D. P. Silva
[Signature]

13. Subsídios e outros apoios das entidades públicas

As quantias das várias categorias de subsídios reconhecidas durante o período de 2022 e 2021, são as seguintes:

Descrição	2022	2021
Infantário Rainha Silvia		
<i>Subsídio de entidades públicas</i>		
Secretaria Regional da Educação	581.246	526.301
	581.246	526.301
Externato Princesa Dona Maria Amélia		
<i>Subsídio de entidades públicas</i>		
Instituto de Emprego da Madeira, IP-RAM	8.606	20.847
Secretaria Regional da Educação	651.885	677.911
	660.491	698.758
Lar de Crianças e Jovens		
<i>Subsídio de entidades públicas</i>		
Instituto de Segurança Social da Madeira, IP-RAM	-	8.733
	-	8.733
Lar de Idosos e Centro de Dia		
<i>Subsídio de entidades públicas</i>		
Instituto de Segurança Social da Madeira, IP-RAM	303.929	276.466
Instituto de Emprego da Madeira, IP-RAM	3.614	9.788
	307.543	286.254
Fundação Princesa Dona Maria Amélia		
<i>Subsídios de outras entidades</i>		
Coroa Sueca	350.000	350.000
	350.000	350.000
Total de Subsídios e outros apoios das entidades públicas	1.899.280	1.870.046

Os subsídios reconhecidos são cooperações financeiras concedidas pelo Governo Regional da Madeira que se destinam a comparticipar nos custos de funcionamento e Ação Social Educativa, de modo a contribuir para a prossecução das finalidades e objetivos do sistema educativo na Região Autónoma da Madeira para as seguintes valências:

- Externato Princesa Dona Maria Amélia;
- Infantário Rainha Silvia

Para as valências Lar de Idosos, uma comparticipação financeira mensal, por utente, calculada nos valores fixados anualmente por Resolução do Conselho do Governo Regional, atribuída pelo Instituto de Segurança Social da Madeira, IP. Existe um apoio mensal do Instituto de Segurança Social da Madeira, IP-RAM para o Serviço de apoio Domiciliário.

9

A Instituição tem vindo a celebrar contratos de estágios profissionais com o Instituto de Emprego da Madeira.

14. Fornecimentos e serviços externos

A rubrica de "Fornecimentos e Serviços Externos" nos períodos de 2022 e 2021 é detalhada conforme segue:

Descrição	2022	2021
Infantário Rainha Silvia		
Serviços especializados	17.697	15.797
Materiais	2.022	3.061
Energia e fluidos	13.621	15.741
Deslocações, estadas e transportes	8	-
Serviços diversos	34.131	26.217
	67.480	60.817
Externato Princesa Dona Maria Amélia		
Subcontratos	105.275	101.529
Serviços especializados	48.267	50.735
Materiais	5.639	7.449
Energia e fluidos	27.662	28.546
Deslocações, estadas e transportes	-	680
Serviços diversos	48.279	37.375
	235.123	226.314
Lar de Crianças e Jovens		
Serviços especializados	-	572
Materiais	50	93
Energia e fluidos	1.557	2.611
Deslocações, estadas e transportes	-	436
Serviços diversos	1.540	1.966
	3.147	5.678
Lar de Idosos e Centro de Dia		
Subcontratos	68.385	69.489
Serviços especializados	31.283	33.585
Materiais	5.636	4.436
Energia e fluidos	30.952	36.144
Deslocações, estadas e transportes	-	9
Serviços diversos	46.192	46.895
	182.448	190.558
Fundação Princesa Dona Maria Amélia		
Serviços especializados	31.818	16.664
Materiais	7.463	6.862
Energia e fluidos	14.683	12.341
Deslocações, estadas e transportes	1.186	-
Serviços diversos	18.085	9.483
	73.236	45.350
Total	561.433	528.717

P. Ribeiro
A.
K.

15. Benefícios de empregados

Os gastos com o pessoal do período de 2022 e 2021 foram os seguintes:

Descrição	2022	2021
Infantário Rainha Silvia		
Remunerações do pessoal	563.964	502.543
Indemnização para despedimento	-	350
Encargos sobre remunerações	118.418	107.774
Seguro acidentes de trabalho	3.721	3.436
	686.103	614.103
Externato Princesa Dona Maria Amélia		
Remunerações do pessoal	854.588	838.037
Indemnização para despedimento	434	3.270
Encargos sobre remunerações	174.398	173.220
Seguro acidentes de trabalho	6.048	5.494
Outros	-	967
	1.035.467	1.020.989
Lar de Crianças e Jovens		
Remunerações do pessoal	-	12.236
Encargos sobre remunerações	-	2.657
Seguro acidentes de trabalho	-	246
	-	15.139
Lar de Idosos e Centro de Dia		
Remunerações do pessoal	458.415	426.846
Indemnização para despedimento	434	2.176
Encargos sobre remunerações	96.784	91.220
Seguro acidentes de trabalho	3.150	2.456
Outros	90	18
	558.873	522.715
Fundação Princesa Dona Maria Amélia		
Remunerações do pessoal	93.929	97.211
Indemnização para despedimento	-	246
Encargos sobre remunerações	18.559	19.060
Seguro acidentes de trabalho	533	543
Outros	90	139
	113.111	117.199
Total de Gastos com pessoal	2.393.554	2.290.145

Seguindo a tendência do ano anterior, verificou-se em 2022 um aumento nos gastos com o pessoal da Instituição. Este aumento está relacionado com o aumento do salário mínimo regional e com a atualização da tabela salarial do contrato coletivo de trabalho da Instituição.

9

É de salientar que em 2022, à semelhança dos anos anteriores, a valência Externato contou com o apoio de 4 docentes em regime de destacamento, sendo que a sua remuneração fica a cargo da Secretaria Regional da Educação, Inovação e Tecnologia.

Quadro com número de colaboradores no final dos períodos de 2022 e 2021:

Descrição	2022	2021
Infantário Rainha Silvia		
Vínculo Laboral	36	33
	36	33
Externato Princesa Dona Maria Amélia		
Vínculo Laboral	53	52
Programas de emprego	1	2
Destacados (regime de mobilidade)	4	3
	58	57
Lar de Idosos e Centro de Dia		
Vínculo Laboral	37	33
Programas de emprego	1	1
	38	34
Fundação Princesa Dona Maria Amélia		
Vínculo Laboral	13	16
Programas de emprego	1	1
	14	17
Total de Funcionários	146	141
Total Vínculo Laboral	139	134
Total Programas de emprego	3	4
Total Destacados	4	3

O Contrato Coletivo aplicado à Instituição é o celebrado entre a Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade – CNIS e a FEPCES – Federação Portuguesa dos Sindicatos do Comércio, Escritórios e Serviços e outros.

P. P. P.
f
h

16. Outros gastos

A rubrica de "Outros Gastos" nos períodos de 2022 e 2021 é detalhada conforme segue:

Descrição	2022	2021
Infantário Rainha Silvia		
Juros de financiamentos obtidos	306	74
Relativas a financiamentos obtidos	138	141
Outros relativos a financiamentos obtidos	0	210
	445	425
Externato Princesa Dona Maria Amélia		
Juros de financiamentos obtidos	210	907
Relativas a financiamentos obtidos	498	474
Outros relativos a financiamentos obtidos	225	226
Outros juros de financiamentos obtidos	121	2.260
	1.054	3.867
Lar de Crianças e Jovens		
Outros	3	95
	3	95
Lar de Idosos e Centro de Dia		
Juros de financiamentos obtidos	150	-
Relativas a financiamentos obtidos	260	1.874
Outros relativos a financiamentos obtidos	117	101
Outros juros de financiamentos obtidos	0	30
	527	2.005
Fundação Princesa Dona Maria Amélia		
Juros de financiamentos obtidos	1.073	1.073
Relativas a financiamentos obtidos	1.142	1.142
Relativas a financiamentos obtidos	883	9.139
Outros	138	1.185
	3.237	12.539
Total de outros gastos	5.266	18.932

17. Acontecimentos após a data do balanço

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram quaisquer factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

18. Eventos subsequentes

Não ocorreram eventos relevantes após a data do balanço com impacto materialmente relevante nas contas da Entidade.

19. Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Instituição não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei n.º 534/80, de 7 de novembro.

Nos termos do artigo 210.º do Código Contributivo, publicado pela Lei n.º 110/2009, de 16 de setembro, o Conselho de Administração informa que a situação da Fundação perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

Os honorários faturados pelo Revisor Oficial de Contas, no período de 2022, foram de 8.052,00€ (IVA incluído) referentes exclusivamente a auditoria das contas.

O número médio anual de utentes foi de 531 em 2022 e de 518 em 2021, repartidas pelas seguintes valências:

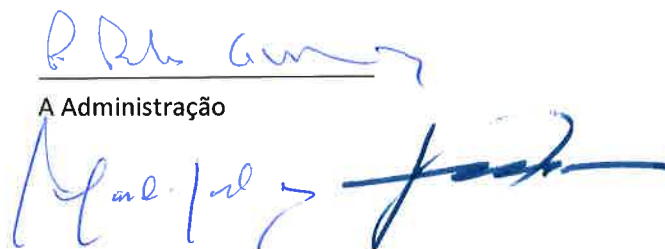
Valência	2022	2021
Infantário Rainha Silvia	144	137
Externato Princesa Dona Maria Amélia	344	336
Lar de Crianças e Jovens	0	2
Lar de Idosos e Centro de Dia	43	43
Total	531	518

As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de dezembro de 2022 foram aprovadas pelo Conselho de Administração para emissão em 30 de março de 2023.

Funchal, 30 de março de 2023



O Contabilista Certificado



A Administração

Handwritten signature and initials in blue ink.

ACTA 3/2023

Aos trinta dias do mês de Março de dois mil e vinte e três, pelas quinze horas, reuniu o Conselho de Administração da Fundação Princesa Dona Maria Amélia, utilizando meios telemáticos, estando presentes na Rua Tierno Galvão, Edifício Amoreiras, Torre Três, décimo andar, em Lisboa, os Senhores Padre Pedro Guimarães, Presidente, Eng. Jorge Jardim Gonçalves, vogal, e Dr. Jorge Alberto Jardim Gonçalves, vogal suplente, e na Sede da Fundação, na Avenida do Infante, número doze, no Funchal, o Senhor Dr. Francisco Costa, vogal, e a Senhora Dra. Nicole Sargo, Directora Executiva.

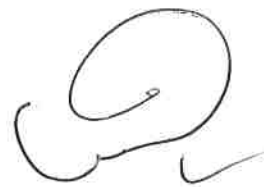
Aberta a reunião, o Dr. Francisco Costa apresentou ao Conselho o Balanço e a Demonstração de Resultados da Fundação, evidenciando um resultado líquido final positivo de duzentos e vinte e oito mil seiscientos e noventa e nove euros, bem como o respectivo Anexo e as Demonstrações de Resultados de cada uma das valências, assim como, ainda, o projecto de Relatório do Conselho de Administração, todos respeitantes ao exercício de dois mil e vinte e dois. Depois de analisados por todos os participantes na reunião, e de terem sido prestados todos os esclarecimentos necessários pelos Drs. Francisco Costa e Nicole Sargo, foi decidido, por unanimidade, (1) aprovar o Relatório do Conselho de Administração e as Contas da Fundação Princesa Dona Maria Amélia respeitantes ao exercício de dois mil e vinte e dois, antes referidos, e (2) afectar o acima mencionado resultado líquido positivo de duzentos e vinte e oito mil seiscientos e noventa e nove euros à conta de 'Resultados Transitados'.

E nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada pelas dezassete horas e dela se lavrou a presente acta assinada pelos presentes.

Handwritten signatures in blue ink, including 'Pa. Pedro Guimarães' and 'Jorge Jardim Gonçalves'.

NEVES DA SILVA E MARIA J. PIMENTA
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

Inscrita com o nº 126 na LROC e com o nº 20161444 na CMVM
NIPC 503 302 368



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras da **Fundação Princesa Dona Maria Amélia** (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de Dezembro de 2022 (que evidencia um total de 11.073.132 euros e fundos patrimoniais no total de 9.722.146 euros, incluindo um resultado líquido de 228.699 euros (*)), as demonstrações dos resultados por naturezas e por funções e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, a demonstração das alterações nos fundos patrimoniais e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

(*) Repartido entre as diferentes valências como se indica:

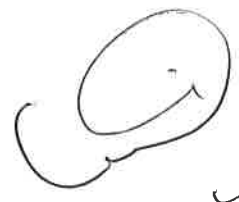
- Infância	37.487
- Externato	(69.450)
- Lar Crianças e Jovens	(15.588)
- Lar Idosos e Centro de Dia	126.057
- Fundação	150.193

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materiais, a posição financeira da **Fundação Princesa Dona Maria Amélia** em 31 de Dezembro de 2022 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Sector Não Lucrativo adoptada em Portugal através do Sistema de Normalização.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efectuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.



Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Sector Não Lucrativo adoptada em Portugal através do Sistema de Normalização;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das actividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detectará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou em erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos cepticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detectar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detectar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objectivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respectivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;

- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas actividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas actividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

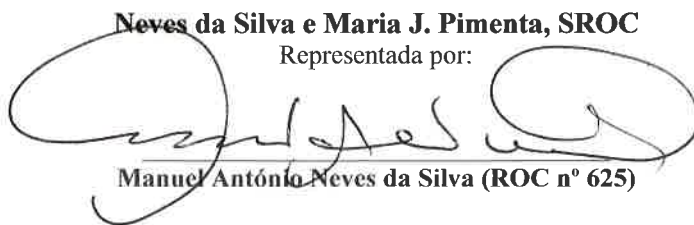
A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento aos requisitos legais aplicáveis, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

2 de Maio de 2023

Neves da Silva e Maria J. Pimenta, SROC
Representada por:

Manuel António Neves da Silva (ROC nº 625)

No dia 16 de Abril de 2023, pelas 9h30, reuniu o Conselho Fiscal da Fundação Princesa Dona Maria Amélia, utilizando meios telemáticos, em conferência web, estando presentes na sede social na Avenida do Infante, n° 12, Funchal, o Senhor Arq. João Carlos da Cunha Paredes, Presidente, na Kungl. Hovstaterna Kungl. Slottet, 107 70, em Estocolmo, o Senhor Dr. Jan Lindman, vogal, e na Rua da Bela Vista, n° 166, em Lisboa, o Senhor Eng. Hans Koster, também vogal, com o objectivo de analisar as contas de 2022 da Fundação. Esteve também presente, na Rua Julieta Ferrão, n° 12, Torre A, 501, em Lisboa, o Senhor Dr. Manuel Neves da Silva, Revisor Oficial de Contas.

Verificadas as presenças de todos os membros do Conselho Fiscal, o Senhor Presidente iniciou os trabalhos, analisando os documentos de prestação de contas da Fundação, nomeadamente o Relatório do Conselho de Administração, o Balanço, a Demonstração dos Resultados por Naturezas, a Demonstração dos Resultados por Naturezas e por Valências, a Demonstração dos Resultados por Funções, a Demonstração dos Fluxos de Caixa, a Demonstração das Alterações nos Fundos Patrimoniais e o Anexo, assim como a Certificação Legal de Contas emitida pelo Revisor Oficial de Contas.

Em face dos documentos apresentados, e após a sua apreciação e discussão, o membros do Conselho Fiscal decidiram, por unanimidade, emitir o seguinte Relatório e Parecer:

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

1. De harmonia com o disposto na lei e nos estatutos, vem o Conselho Fiscal da **FUNDAÇÃO PRINCESA DONA MARIA AMÉLIA** apresentar o seu Relatório e Parecer sobre o Relatório do Conselho de Administração, o Balanço, a Demonstração dos Resultados por Naturezas, a Demonstração dos Resultados por Valências, a Demonstração dos Resultados por Funções, a Demonstração dos Fluxos de Caixa, a Demonstração das Alterações nos Fundos Patrimoniais e o Anexo, relativos ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2022.

2. Ao longo do ano, e com a regularidade que entendemos ser adequada, acompanhámos a actividade da Fundação, tendo reunido com os membros do Conselho de Administração e obtido destes as informações que julgámos necessárias.



3. No âmbito das verificações efectuadas foi tomada especial atenção ao cumprimento das disposições estatutárias e à regularidade dos registos contabilísticos e documentação de suporte das operações.

4. O Revisor Oficial de Contas, Senhor Dr. Manuel Neves da Silva, prestou esclarecimentos sobre os procedimentos de revisão aplicados durante o ano e apresentou a Certificação Legal das Contas, documento que fica a fazer parte integrante deste Relatório.

5. Em face do exposto e tendo em conta que nenhuma desconformidade foi identificada na realização das verificações levadas a cabo, os membros decidiram emitir o seguinte parecer:

- Que sejam aprovados os documentos de prestação de contas, nomeadamente o Balanço, a Demonstração dos Resultados por Naturezas, a Demonstração de Resultados por Naturezas e por Valências, a Demonstração de Resultados por Funções, a Demonstração dos Fluxos de Caixa, a Demonstração das Alterações nos Fundos Patrimoniais e o Anexo, relativos ao ano findo em 31 de Dezembro de 2022.

Funchal, 16 de Abril de 2023.

O Conselho Fiscal

Arq. João Carlos Paredes

Dr. Jan Lindman

Eng. Hans Koster